



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N.º 128, DE 2017

(Do Sr. Jhc)

Requer que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle em relação às denúncias de desvio de recursos do SUS, na Secretaria de Saúde de Alagoas

DESPACHO:

À COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Interna nas Comissões

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente,

REQUEIRO, nos termos do art. 70 da Constituição Federal e conforme os incisos I e II do art. 60 e art. 61 c/c o §1º do art. 100, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam adotadas as medidas necessárias para realizar ato de fiscalização e controle destinada a apurar as denúncias de desvio de recursos do SUS, na Secretaria de Saúde do Estado de Alagoas.

REQUEIRO, também, a realização de audiência pública para instruir a presente PFC, com a participação de Representante do Ministério da Transparência e do Secretário de Saúde do Estado de Alagoas, Sr. Christian Teixeira.

JUSTIFICATIVA

No dia 8/8/2017 os jornais noticiaram que o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) deflagrou, com a Polícia Federal, a Operação Correlatos contra suposto esquema milionário de fraudes em licitações da Secretaria de Saúde de Alagoas, que teriam ocorrido entre 2015 e 2016.

Segundo as matérias jornalísticas, a investigação mostra desvios de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da contratação de empresas com dispensa indevida de licitações, simulação de valores ou de situações emergenciais.

Conforme os jornais, a etapa inicial da Correlatos verificou o fracionamento ilegal nas aquisições de mercadorias e contratações de serviços, de modo que cada compra tivesse valor menor ou igual ao limite estipulado pela Lei nº 8.666, de 1993, no caso de R\$ 8 mil, para burlar o regime licitatório.

De acordo com o divulgado, as empresas escolhidas montavam processos com pesquisas de preços simuladas, com três propostas de empresas pertencentes ao mesmo grupo operacional ou com documentos falsos. Ainda conforme a matéria, a análise dos quadros sociais evidenciou a ligação familiar entre os sócios.

O jornal Estado de São Paulo informou que levantamentos realizados a partir dos dados do Portal da Transparência do Estado indicam que a Secretaria de

Saúde de Alagoas, no período de 2010 a 2016, contratou um total de R\$237.355.858,91, por meio de dispensas de licitação. Desse valor, o montante de R\$ 172.729.294,03 foi custeado com recursos do SUS. (<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/cgu-e-pf-investigam-desvios-de-r-177-mi-na-saude-de-alagoas/>)

Consoante o Estado de São Paulo, as investigações apontam ainda que os gestores da Saúde ‘não planejaram a compra de materiais básicos’ – como kits sorológicos, bolsas de sangue, reagentes, cateteres venosos, seringas descartáveis e serviços de manutenção em equipamentos hospitalares.

São denúncias muito graves que envolvem uma área essencial para a população de Alagoas. Por isso, a Câmara dos Deputados, por intermédio da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, não pode deixar de exigir dos envolvidos o esclarecimento de tão graves denúncias.

Sala da Comissão, em 09 de agosto de 2017.

DEPUTADO JHC
PSB/AL
Terceiro-Secretário

FIM DO DOCUMENTO
